

---

**MÍDIA E RACISMO – IMPRESSÕES INICIAIS DE UMA PESQUISA EM  
ANDAMENTO ACERCA DO PRECONCEITO AO CIDADÃO NEGRO NO  
JORNALISMO POLICIAL PARAIBANO**

Cícero Antonio Dias PEREIRA  
UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA - UEPB  
novos,dias@oi.com.br

**CONSIDERAÇÕES INICIAIS**

Desde os seus primórdios, a Imprensa no Brasil teve um caráter elitista, consubstanciado na adoção de uma postura descompromissada em relação aos grandes anseios da população. O primeiro jornal brasileiro, o *Correio Braziliense*, por exemplo, inaugurou o sistema de relações promíscuas entre Imprensa e Governo (Gomes, 2007, p. 182): por um acordo secreto, D. João VI subsidiava a impressão e a circulação do noticioso. De quebra, o seu proprietário, jornalista Hipólito da Costa, ainda passava a receber uma pensão anual em “troca de críticas mais amenas” ao rei português.

Este caso é representativo da embriogênese da Imprensa brasileira e deixa claro um dos seus traços fundamentais: o de estar a serviço na maioria das vezes dos setores que detém o controle econômico e político, dos segmentos que ditam as normas do processo de construção da história oficial do país. Como consequência natural desta opção, a Imprensa reluta em abrir espaços para os contingentes populacionais marginalizados pela base econômica e, quando abre, sempre faz questão de não deixar dúvidas acerca de quem está no poder e de quem pauta sua atividade diária.

Parte sempre vigilante, atua com denodo na defesa do Todo, quando este se sente eventualmente ameaçado por fatores externos ou quando desequilíbrios internos ameaçam colocar abaixo o edifício orgânico. Assim, obedecendo a uma lógica (tão cruel) quanto eficiente, a Imprensa identifica as potenciais ameaças e tenta neutralizá-las antes mesmo que elas possam se estruturar enquanto forças de contestação. É o caso específico da forma como sempre tratou em suas páginas as vítimas do modo de produção capitalista,

---

notadamente o negro, o camponês, o trabalhador assalariado urbano e outros iguais marginalizados. Não é mesmo de se estranhar. Por essência, a mídia impressa é um produto eminentemente burguês (Vaccaria, 2001, p. 154).

A mídia impressa paraibana, como de resto a do Brasil, se vê às voltas com todas essas idiossincrasias - e nem poderia também ser diferente (Chauí, 2001, p. 210). Em suas páginas, os “inimigos históricos” de sua base econômica recebem um mesmo tratamento: de marginais, de transgressores da lei imposta por um Estado que insiste em exigir comportamento igual de cidadãos que foram tratados a vida inteira de forma desigual.

A Paraíba tem mais de mais de 3,7 milhões de habitantes, dos quais mais de dois milhões, conforme o último Censo realizado pelo IBGE, se identificaram como negros ou deles descendentes. Esse contingente populacional, via de regra, não se localiza nos locais de maior destaque da pirâmide socioeconômica e se apresenta mais vulnerável à situação de risco determinada por ações de um Estado centralizador, elitista e discriminador, como o Brasileiro.

Conforme ainda números da Secretaria Nacional de Segurança Pública - SENASP, 71 por cento dos indiciados em inquéritos nas unidades policiais do Estado foram identificados como negros e pardos em 2007. Não raro, desrespeitando o axioma jurídico que garante o benefício da dúvida a quem está sendo acusado, os jornais apressam o julgamento e prolatam a sentença antes mesmo de o Judiciário se manifestar. Negro, trabalhador sem terra, operário e assemelhados na maioria das vezes são condenados antecipadamente pelas páginas e editoriais de jornais tabajarinos, notadamente, os campinenses, sem exercerem o inalienável direito de defesa. É que a Mídia sabe muito bem que esses indivíduos não dispõem de meios efetivos de reivindicar seus direitos.

O tratamento editorial dispensado a um fato policial envolvendo um adolescente branco de classe média não é o mesmo dispensado, caso o envolvido seja um adolescente negro. Da mesma forma, os veículos de mídia impressa parecem mais sensíveis ao fato de um proprietário de terras ter o imóvel ocupado por agricultores famintos do que quando este mesmo fazendeiro expulsa dezenas de famílias de trabalhadores rurais do pedaço de terra no qual tentavam mitigar a fome. O sagrado direito de se alimentar parece não ter a mesma importância do direito de propriedade nas páginas impressas. Quando o preconceito

---

não se evidencia no texto, ganha corpo em outros itens do arsenal usado na edição da notícia: no título da reportagem, no ângulo da foto publicada, na legenda que a acompanha, na forma como a matéria é diagramada etc (Siqueira, 2008). O uso de dois pesos e duas medidas é passível de constatação por qualquer profissional de Imprensa medianamente comprometido com a isenção necessária à plena realização da missão de informar.

O que nos tem causado maior surpresa é contatar o fato de que os profissionais de Imprensa que hostilizam setores marginalizados da população nos jornais em que eventualmente trabalham na maioria das vezes são egressos desses mesmos segmentos: são negros, filhos de operários ou de camponeses que nunca tiveram a posse efetiva da terra na qual suas famílias cresceram e viveram. Absorvem e reproduzem o discurso de seus algozes sem se darem conta da absurda ironia de suas situações. Contribuem, de forma inconsciente, para perpetuar um regime de exclusão que nada e ninguém respeita. Ajudam a desumanizar ainda mais homens, mulheres, crianças e velhos a quem quase tudo foi negado, exceto o direito de ainda continuar sonhando com a possibilidade de chegarem ao paraíso mítico prometido pelas religiões.

Em nível de Campina Grande, destaque-se o fato de não existir nenhum negro ocupando cargo de direção editorial nos veículos de Imprensa. Dos cinco jornais que circulam diariamente na cidade – *Jornal da Paraíba*, do Sistema Paraíba; *Diário da Borborema*, dos Associados; *Correio da Paraíba* e *Já Paraíba*, do Sistema Correio; e *A União*, do Governo do Estado, tem como editor um negro. Quando muito, são identificados como “morenos” que parecem desconhecer a prática de procedimentos preconceituosos nas páginas dos jornais que editam.

O caso de um dos proprietários do *Jornal da Paraíba* merece ser analisado à parte. Embora efetivamente se trate de um negro, não convém, para efeito didático, confundir jornalista com empresário de comunicação. O *JP*, a *Rádio Cabo Branco* e as tv’s *Paraíba* e *Cabo Branco* - estas localizadas em João Pessoa -, afiliados entre si, foram derivações naturais de investimentos em outros setores, como a Indústria de Produtos Alimentícios São Braz, carro-chefe do conglomerado empresarial. Constituíram-se, assim, para dar suporte ao maior negócio do grupo, função que cumprem até hoje.

Para encerrar nossas considerações iniciais, lembraríamos, por outro lado, que é possível encontrar, em nível local, negros proprietários de portais de notícias, blogs e sites. Desnecessário dizer que tal tipo de mídia tem, entre suas características, a facilidade de se autoconstituir, enquanto produto empresarial, ao contrário da mídia impressa, que envolve somas milionárias na sua efetiva formação. Por suas limitações técnicas, financeiras e operacionais, esses veículos eletrônicos e digitais reproduzem em muitas ocasiões o que é noticiado pela mídia impressa. E o que pior: sem se dar conta que também reproduzem um discurso preconceituoso - principalmente em relação ao povo negro -, carregado de estereótipos e termos depreciativos.

#### DETALHES DA PESQUISA

Com o intuito de entendermos o contexto traçado anteriormente e por exigência acadêmica do Curso de Especialização em História e Cultura Afro-brasileira, realizado pela Faculdade de História da Universidade Estadual da Paraíba, iniciamos a coleta de dados de pesquisa que irá analisar as formas através das quais se manifesta no jornalismo policial campinense o preconceito a cidadãos negros. É nosso objetivo encontrar respostas para questões como: Por que o negro se torna sinônimo de marginalidade nas páginas atuais dos jornais campinenses? Quais as formas mais usuais de se “identificar” um marginal negro para o noticiário policial? Quem são os novos “feitores” do negro na mídia impressa da cidade? Tal predisposição em marginalizar os afrodescendentes encontra respaldo em uma política editorial não escrita e o que a determina?

Tal trabalho se justifica por seu caráter inédito, já que não encontramos nos departamentos de cursos de graduação das universidades Estadual da Paraíba e Federal de Campina Grande algo similar. Inúmeras pesquisas, com efeito, tratam da questão do negro no contexto social paraibano e brasileiro, como os de Alves (2003) e de Almeida (2004), produzidos para obtenção do título de Especialista em Teoria e Metodologia do Ensino de História. Na Faculdade de Comunicação da UEPB, por seu turno, encontramos ainda os trabalhos de Maciel (2004) e Silva (2004), que analisam, respectivamente, o discurso sensacionalista e a construção da imagem de personagens envolvidos em páginas policiais.

---

Mas, ao contrário do que esperávamos, nenhum dos trabalhos citados aborda a questão do preconceito nem dos instrumentos pelos quais repórteres e editores reproduzem nas páginas dos jornais pesquisados o discurso discriminador. Destacáramos, ainda, em nossa pesquisa, a atenção que estamos dispensando aos agentes envolvidos no processo de apuração, produção e apresentação da notícia (como repórteres, editores, chefes de circulação e executivos). A partir de um perfil que está sendo traçado desses profissionais, poderemos ter uma idéia mais completa dos problemas que eles enfrentam no relacionamento com o povo negro e apontar caminhos que auxiliem na superação do impasse.

Por fim, entendemos que as conclusões que irão emergir de nossa pesquisa poderão auxiliar os próprios veículos de comunicação a definirem novos rumos editoriais mais condizentes com a realidade campinense – e, por extensão, paraibana –, contribuindo no sentido de elevar o nível de cidadania e de consciência política de nossa população. Desta forma, problematizar o caráter da relação Jornalista Policial X Preconceito, Produtor de Notícia X Fato da Notícia e Mídia impressa campinense X Negro marginalizado é o objetivo maior de nossa abordagem. Ou seja, entender os mecanismos pelos quais o profissional de Imprensa reproduz a discriminação contra um amplo segmento da população a quem (também) se destina o fruto do seu trabalho, enquanto serviço qualificado oferecido no mercado local.

Para atingir os objetivos de nossa pesquisa tivemos que, efetivamente, mergulhar no universo da mídia impressa campinense, revolvendo-lhe as camadas internas e conhecendo-lhe o funcionamento. Para tanto, no que diz respeito ao procedimento de coleta de dados, optamos pela pesquisa de campo, que consta de entrevistas e a aplicação de questionário com repórteres, editores, chefes de circulação dos jornais alvo de estudo, além de executivos das empresas. Como são os executivos, a partir dos números apurados pela Circulação, que definem a linha editorial dos veículos, inclusive influenciando na forma como dada notícia é editada, julgamos ser importante incluí-los no rol de entrevistados.

Também passamos a acompanhar, dentro do que foi possível, o processo de apuração de notícias envolvendo elementos negros e observar os procedimentos que são realizados pelos repórteres para garantir a fidelidade dos fatos que serão publicados. A idéia

---

inicial era registrar em vídeo ou em fotos os bastidores da apuração da notícia para análise posterior. Também acompanhamos o processo de edição de algumas notícias, averiguando as razões da distribuição espacial das notícias na chamada mancha – isto é, na área individual para impressão de reportagens, formada, em jornais standard, como os pesquisados, por uma área linear de 54 centímetros de comprimento por 39 centímetros de largura.

Em primeiro momento, quanto aos objetivos, nossa pesquisa tem caráter explicativo, uma vez que pretendemos identificar fatores que contribuem para ocorrência e o desenvolvimento de determinados fenômenos. Em que pese o seu caráter, temos consciência que, em determinados momentos, teremos que flertar com outros tipos de abordagens, como a bibliográfica (fundamentada em material já elaborado e publicado em livros e artigos científicos) e a documental (caracterizada pela pluralidade de fontes nas quais os dados foram coletados).

Para melhor visualizar a natureza do trabalho que estamos realizando, destacamos:

a) População e amostragem – Funcionam em Campina Grande cinco redações de veículos de mídia impressa – se contarmos com *A União*, que mesmo não tendo uma Editoria de Polícia fixa, não deixa de noticiar matérias policiais em suas páginas de Cidade. Nelas, pelo menos 15 repórteres e dez editores apuram, editam e publicam notícias policiais. Somados a diretores executivos e chefes de Circulação (dois por empresas), teremos uma população de 35 profissionais de Imprensa. A amostragem com a qual pretendemos trabalhar é de 40 por cento; b) Coleta de dados – Utilizamos como instrumentos de coleta o questionário semi-estruturado, e entrevista não diretiva aberta, nas quais os entrevistados desenvolverão suas opiniões de maneira que achar mais conveniente; c) Procedimentos – Os questionários serão aplicados e as entrevistas realizadas e gravadas, respectivamente, nos locais de trabalhos dos envolvidos, como forma de garantir que as respostas reflitam, ao máximo, o clima profissional vivido por eles; e d) Análise de dados – Após a aplicação dos questionários e transcrição das entrevistas, os dados deles resultantes serão interpretados e divididos em categoria. Essa categorização consistirá na organização de informações de forma que permitirá ao pesquisador tomar decisões e tirar conclusões a partir dos resultados obtidos.

---

Quanto ao embasamento teórico, estamos trabalhando com os estudos de Sodré (1998). Ramos & Paiva (2007), D'Ádesky (2005) e Santos (2002) – Os dois últimos responsáveis por pertinentes contribuições no campo da representação do negro nos meios midiáticos, a partir dos estereótipos herdados da Ciência Iluminista.

Por seu turno, Sódré (1998) avalia o papel da mídia em produzir e reproduzir o preconceito conceituando racismo midiático. Enumera quatro fatores que efetivam sua análise: 1) a negação, quando tenta negar a existência de racismo, apesar de noticiar casos de violência flagrante; 2) o recalçamento, quando a história do negro no Brasil ou nas américas não é divulgada de forma positiva; 3) a estigmatização, quando cria estereótipos que levam à discriminação; e 4) a indiferença profissional, quando a desvalorização - profissional e cultural -, do comunicador negro atinge a própria mídia.

Ramos & Paiva (2007) também dão a sua contribuição para o debate que estamos propondo. Elas criticam a aliança celebrada entre mídia e setores que, historicamente, sempre foram usados pelo Estado e pelas classes dominantes para massacrar as populações negras. As pesquisadoras afirmam ainda que, ao entrevistarem jornalistas de diversos órgãos de comunicação do Rio de Janeiro, ouviram de muitos deles o reconhecimento de que mortes em favela, envolvendo pretos e pobres, não têm a mesma repercussão para os jornais, “já que quem lê jornal não mora no morro”. Ou seja, tal informação reforça a nossa opinião quanto ao aspecto discriminatório em relação à violência que atinge segmentos mais carentes da população, seja em Campina Grande, seja na “Cidade Maravilhosa”.

## CONCLUSÕES PRELIMINARES

Nosso trabalho ainda está em fase de coleta de dados. Mesmo assim, já é possível afirmar que o preconceito no jornalismo policial em relação ao cidadão negro é alimentado por três fatores: a terceirização da Informação, a promiscuidade profissional entre jornalistas e policiais e, por último - e o mais grave -, a inconsciência étnica entre assalariados que, pela especificidade de seu trabalho, deveriam estar acima de todo tipo de preconceito.

---

A terceirização da informação demonstra que, em que pese um discurso que aponta para uma pretensa modernidade operacional, a Imprensa campinense, pelo menos no que diz respeito ao jornalismo policial, ainda se comporta de forma incipiente. Ao invés de procurar se fazer presente à cena do crime, reconstituindo o delito que será transformado em notícia, a mídia se limita a obter a versão da Polícia sobre os eventos que serão noticiados. Pior: esta versão é tomada como inquestionável e em pouquíssimos casos permite que os acusados possam exercer o sagrado direito de defesa. De acordo com os dados obtidos, dois são os principais motivos que levam os jornais a agirem desta forma: exigência do horário industrial - cada vez menor -, para que as páginas sejam fechadas sempre mais cedo e política de contenção de despesas operacionais.

Dos cinco jornais pesquisados, apenas um – o *Jornal da Paraíba* -, tem sua oficina em Campina Grande. O *Correio da Paraíba* e o *Já Paraíba* têm suas impressoras e rotativas na capital, enquanto que o *Diário da Borborema* e *O Norte* são impressos em Recife, nas oficinas do Diário de Pernambuco. Ora, este fato obriga repórteres e editores a trabalhar sempre no limite do prazo - o que explica, embora não justifique -, a adoção da Lei do Menor Esforço ainda na fase de apuração da notícia. Pela linha de raciocínio das empresas jornalísticas não teria sentido uma equipe de reportagem cruzar a cidade inteira para investigar as circunstâncias de um crime ocorrido, por exemplo, no distrito de Fagundes, quando a Polícia já dispõe, na 2ª Delegacia Regional, dos dados do ocorrido. Assim, fica valendo a versão oficial, mesmo que ela não corresponda inteiramente à verdade.

Todos os detalhes das ocorrências policiais na área polarizada por Campina Grande são repassados por escrivães ao Setor de Comunicação da 2ª Delegacia Regional que, por seu turno, os coloca à disposição da Imprensa. Basta que um destes policiais se equivoque com relação à identidade racial de um envolvido para que toda a informação se veja irremediavelmente comprometida, apesar de divulgada à exaustão pelos jornais. Como nas delegacias os escrivães são os policiais que mais trabalham, vivendo assoberbados de tarefas a serem cumpridas dentro do prazo estipulado pelo Código de Processo Penal, não raro é a imprecisão quanto a cor dos envolvidos na prática de delitos. Acrescente-se a isto o fato de que aqueles policiais não recebem nenhuma orientação de como identificar o

---

pertencimento de dado indivíduo a um grupo étnico específico. O resultado é que brancos acabam entrando nas estatísticas como negros, mulatos e morenos.

Outro aspecto que estimula o preconceito é o clima de promiscuidade existente entre jornalistas e policiais. Na ânsia de serem bem-tratados pela Imprensa e de terem sua bravura em situações de perigo destacada nas folhas, agentes e delegados estabelecem vínculos profundos de amizade com profissionais de Imprensa da cidade. Em troca de informações privilegiadas, jornais e jornalistas passam a endeusar certos policiais e suas palavras adquirem um caráter quase divino, o que leva a prática de erros de avaliação e de informação.

Em pelo menos um caso detectado na coleta de dados, a amizade adquiriu contornos que beiram a falta de ética. Este, entretanto, é um caso extremo. Na maioria deles, a cooptação por parte da Polícia ocorre de forma mais sutil, com o oferecimento de pequenas vantagens a repórteres, como uso de telefone para realização de ligações de interesse pessoal, acesso a presos para fotos e entrevistas, serviço de proteção etc. A intimidade é tão grande que não é difícil encontrar, no final do expediente, jornalistas e policiais confraternizando nas mesas de bares da cidade. Depois da farra, os primeiros vão para casa em viaturas dirigidas pelos segundos, como se tudo fosse absolutamente normal e a Imprensa não precisasse manter uma distância higiênica de setor constantemente denunciado pela população por abuso de autoridade e outros crimes semelhantes.

Um terceiro fator é decorrente da falta de consciência étnica dos próprios jornalistas. Quase 80 por cento dos que atuam na cobertura dos fatos policiais em Campina Grande podem ser considerados negros ou mulatos, o que não lhes impede de reproduzirem o discurso racista e preconceituoso. Na maioria das vezes, são homens na faixa etária entre 21 e 30 anos, com pelo menos um curso superior e que ganham em média menos de R\$ 1,5 mil mensalmente. Boa parte não dispõe de carro e se utiliza de transporte público para se dirigir aos locais de trabalho. A metade não mora em casa própria e a maior parte não se identifica como negros – a imprecisa figura do “moreno” obteve a predileção dos entrevistados, quando perguntados acerca de sua cor. Apenas um deles se disse ligado à luta dos negros pelo fim das desigualdades e do preconceito baseado na cor da pele. Ao serem

---

perguntados sobre se consideravam grave a questão do racismo, poucos responderam afirmativamente, mas não disseram já ter sido vítima de alguma discriminação.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, Laurentino. *1808 – Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil*. São Paulo (SP): Planeta, 2007.

MACIEL, Danielle Santos. *O discurso do Sensacional: uma análise do jornalismo policial no Diário da Borborema*. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social/UEPB, 2004.

RAMOS, Sílvia, PAIVA, A. *Mídia e violência: novas tendências na cobertura da criminalidade e segurança no Brasil*. 1 ed. Rio de Janeiro (RJ): Luperj, 2007.

SANTOS, Joel Rufino dos. *A questão dos negros em sala de aula*. São Paulo (SP): Ática, 1990.

SILVA, José Aleksandro. *Como o Jornal Diário da Borborema constrói a imagem de personagens envolvidos nas páginas policiais*. Monografia (Graduação em Comunicação Social) – Faculdade de Comunicação Social/UEPB, 2004.

SODRÉ, Muniz. *Sobre Imprensa*. Rio de Janeiro (RJ): Negra-Lumina, 1988.

VACCARIA, Ernesto. *Imprensa e poder*. Rio de Janeiro (RJ): Novo Mundo, 2001.